

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DA BAHIA

Luis Felipe Nascimento Lobo¹

RESUMO: Serão apresentados alguns elementos sobre o mundo do trabalho atrelando com a relação social de trabalho na atualidade priorizando o conceito da precarização do trabalho docente, permitindo melhor entendimento acerca do trabalho temporário nas escolas públicas de ensino médio da Bahia, partindo do pressuposto que a precarização do trabalho docente desestabiliza o trabalhador da educação deixando a profissão pouco atraente para novos profissionais. A precarização do trabalho é a subcontratação de profissionais no mercado de trabalho, aumentando a participação dos terceirizados através de empregos temporários, dessa forma, será observado a subcontratação de professores efetivos e o aumento da contratação do PST - Prestação de Serviço Temporário, e do REDA - Regime Especial de Direito Administrativo. O processo de precarização do trabalho interfere na atividade docente em todos os níveis e deve ser refletindo criticamente sobre os seus impactos na educação básica.

Palavras-Chave: Trabalho; Precarização; Atividade Docente.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo discutir o conceito de precarização do trabalho docente, criticando a subcontratação de professores nas escolas públicas da rede básica de ensino da Bahia.

¹ Graduando em Ciências Sociais e Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PROIC/UESC/FAPESB, Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. *email:* lobo.luisfelipe@hotmail.com

Observando a reorganização do mercado de trabalho sob a ótica da reestruturação produtiva do capital.

Inicialmente, será abordado um breve panorama sobre gestão econômica, observando a reestruturação produtiva que ocorreu principalmente nas duas últimas décadas. Posteriormente, explicaremos o conceito de precarização do trabalho observando suas subdivisões dentro de um prisma conceitual, tomando o cuidado em esclarecer o conceito de forma simples dentro da realidade social do trabalhador brasileiro. O cerne de nossa discussão se concentrará na precarização do trabalho docente, utilizando pesquisa exploratória com fontes secundárias e relato de experiência do período de estágio supervisionado. Será observado o aumento da contratação temporária e as medidas legais adotadas para legitimar a contratação temporária de professores na Bahia, assim, será feita uma reflexão crítica da estratégia do Estado para justificar a subcontratação de profissionais efetivos da educação básica, aumentando a participação dos terceirizados através de empregos temporários.

1. ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Após várias crises do capitalismo, o fordismo teve seu pior período entre a década de 1970 a 1980, quando surgiu o período de reestruturação econômica e o reajustamento sociopolítico dos Estados Unidos. Houve várias experiências em busca do modelo de acumulação inteiramente novo.

A acumulação flexível, como vou chama-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos de padrão de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos de industriais completamente novos até então subdesenvolvidas... (HARVEY, 1999 p. 140).

Com o aumento da mobilidade e da flexibilidade, os empregadores puderam fazer maiores pressões sobre a força de trabalho e controla-la. A adoção da acumulação flexível implicou em alto índice de desemprego estrutural, redução dos salários reais e diminuição do poder sindical. O sistema de gestão de produção flexível criou uma rede de subcontratação e de deslocamento com o intuito de proporcionar maior competitividade no mercado de trabalho e possibilidades de aceleração do ritmo de inovação de produtos, assim como redução do tempo de giro do consumo e o aumento de giro dos produtos como chave para lucratividade capitalista.

Entre os anos das décadas de 1980 aos 2000 o mundo do trabalho foi assolado por uma grande metamorfose na sua gestão de produtiva. Houve várias modificações significativas no seu parque industrial: a automação, a robótica, o circuito integrado, o micro

eletrônico entre outros, que possibilitaram a perpetuação da chamada “Revolução Tecnológica” acarretando em mudanças no modelo produtivo com a adoção do modelo japonês, o toyotismo.

Para Antunes (1999), essas mudanças e as crises do sistema de trabalho reduziram drasticamente a contratação de trabalhadores criando a “subproletarização do trabalho”, incorporando o trabalho precário, o temporário, o parcial e a terceirização. Tornando menos estável a condição do trabalhador efetivo.

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 2000 p. 35).

Assim se concretizou o legado do toyotismo, com o estoque mínimo, o controle de qualidade total, a flexibilização do trabalhador, a terceirização, e a subcontratação de trabalhadores. Além limitar a participação dos funcionários no movimento sindical reduzindo o poder do sindicalismo de classe.

2. PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

O corporativismo, em seu mais completo conjunto, se legitimou através de condições de ofícios que expressam e obedecem as estritas regulamentações que são posta pela lógica empresarial.

O idioma corporativo comanda, assim, o acesso ao que se poderia chamar a cidadania social, o fato de ocupar um lugar reconhecido no sistema das interdependências hierárquicas que constituem a ordem comunitária. O pertencimento orgânico das profissões ao organograma das dignidades, que é também o dos poderes (CASTEL, 1998, p 174).

Os minúsculos “privilégios” dado pela especialização tornou-se essenciais para se constituir e legitimar as “profissões”. Nota-se o caráter coercitivo desse sistema que é partilhado por todos que se beneficiam. Porém, a maior parte dos trabalhadores pertence ao chamado “sistema de obrigações”.

Sem pretender propor um panorama exaustivo da sociedade salarial, deve-se marcar o lugar de um ultimo bloco que será chamado de periférico e residual. A relativa integração da maioria dos trabalhadores, traduzida, dentre outros, pelo salário mensal, cava uma distância em relação a uma força de trabalho que, em vista desse fato, é marginalizada: trata-se das ocupações instáveis, sazonais, intermitente (CASTEL, 1998, p 475).

Na citação, o autor francês argumenta sobre a polarização causada pela reestruturação produtiva e considera alguns problemas

acerca da precarização no âmbito do trabalho na contemporaneidade, fazendo referência a três aspectos: A primeira é a desestabilização dos estáveis, trazendo insegurança à estrutura social das famílias. A segunda é a instalação da precariedade do trabalho, traçando contornos incertos e aumentando o grupo dos assalariados. A terceira ordem é a precarização do emprego, conseqüentemente, aumentando o desemprego.

Sobre flexibilização do trabalho, Druck (2002) explica que o crescimento do mesmo, ocorreu com o aumento gradativo da hegemonia do capital financeiro no desenvolvimento do capitalismo. No Brasil, aconteceu posterior a implantação de alguns padrões de organização de gestão do trabalho, como o toyotismo e sua reestruturação produtiva, além das políticas neoliberais dos anos 1990.

[...] Com o regime de acumulação – e pelo surgimento de um regime de acumulação flexível, cujo desenvolvimento não tem implicado a superação ou substituição do fordismo por outra forma de regulação, à medida que combina as novas tecnologias e formas organizacionais flexíveis com padrões tipicamente fordistas. Essa transição, que tem na flexibilização da produção e do trabalho as mudanças mais visíveis, só pode ser explicada por outro fenômeno, qual será “... o florescimento e transformação extraordinária dos mercados financeiros”, com gradativa hegemonia do capital financeiro no desenvolvimento do capitalismo, na atual conjuntura (DRUCK, 2002 p. 12).

A flexibilização acontece posterior a precarização do emprego, trazendo insegurança aos trabalhadores formais estáveis.

Druck (2002) reitera, explicando que a precarização ocorre por conta da subcontratação do mercado de trabalho, aumentando a participação dos terceirizados, através de empregos temporários, do aumento de atividades autônomas, da informalidade e das cooperativas. Para a autora, essas formas de trabalho assalariado viraram prática flexível no mercado de trabalho brasileiro.

3. EDUCAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO

A mudança da estrutura produtiva atingiu toda a classe trabalhadora. Na educação não foi diferente. A história da educação mostra a importância dada pela revolução industrial à educação, assim como o Estado, que também trata a educação como mero aparelho ideológico de regulação.

[...] a estatização da educação é iniciada no século XVII e vai se tornar mais marcante a partir da revolução Industrial no século XVIII, mais é no século XIX que a escola se afirma como instituição do Estado. Podemos afirmar que a instrução torna-se uma obrigação e dever do Estado, e direito a educação nasce dentro de um ideal liberal de educação, que tem como lema a liberdade, o progresso, o que justifica para tal uma camada da população minimamente instrumentalizada para servir naquele momento aos interesses do capitalismo (REIS, 2011 p. 3).

Nesse sentido, a educação aparece como instrumento do capitalismo que, conseqüentemente, influencia do modelo de gestão econômica. As escolas e a educação transformam-se em uma instituição que tem gestão administrativa verticalizada, sem

autonomia. Um sistema que, grosso modo, funciona como uma empresa, e necessita de adequações em seu modelo de gestão, obedecendo aos mesmos princípios gerenciais e burocráticos. Daí tem início à forma de fragmentação do trabalho dentro das organizações educacionais.

Ao direcionarmos nossa análise sobre as condições de trabalho docente, não podemos desconsiderar as análises de Marx (1996), sobre o trabalho na perspectiva mais abrangente. O trabalho é um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si e o objeto de trabalho e que serve como norteador de sua atividade profissional. O trabalho implica uma relação, que vai além da manutenção das bases materiais humanas. Porém, com a adoção da reestruturação produtiva, surge o “estranhamento do trabalho” docente, pois ocorre uma fragmentação do trabalho, aumentando a intensidade da precarização, onde professor é um mero elemento do sistema burocrático de mercado.

Em meio todas essas concepções ampliadas de trabalho, hoje podemos considerar que o trabalho docente vem sofrendo, de acordo com Antunes (2000), profundas transformações que ocorrem na lógica do mundo do trabalho na sociedade capitalista. Diante da lógica das modificações no mundo do trabalho, verificamos a existência de um processo de intensificação da precarização do trabalho docente, com o aumento da contratação de professores temporários nas escolas públicas.

4. OS TEMPORÁRIOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS BAIANAS

Entender o papel do trabalhador docente e as transformações ocorridas com o modelo de acumulação flexível é de suma importância para nosso trabalho. Inicialmente, devemos observar a metamorfose ocorrida no mundo do trabalho, a gestão escolar e a concepção de organização educativa que foi assumida pela instituição escolar, e entender como a atividade docente foi se estruturando, posteriormente, devemos identificar as relações estabelecidas entre o trabalho docente e a organização escolar, observando o pensamento que busca introduzir na escola nos mesmos princípios gerenciais e burocráticos da empresa privada. A partir daí pode-se analisar as formas de fragmentação do trabalho dentro das organizações educativas (REIS, 2011).

Durante o período de estágio supervisionado numa escola pública de ensino médio/técnico do estado da Bahia, observei a estrutura de gestão escolar, identificando as formas de precarização dentro da Instituição. Mantive contato com alguns professores temporários e observei o aumento dos contratos temporários nas escolas da rede pública de ensino, é intrigante observar o quanto é comum a figura do docente temporário no cotidiano escolar, exprimindo assim a precária condição de trabalho que tais profissionais estão submetidos.

Com as análises da bibliografia sobre a temática, identifiquei a precarização do trabalho docente e observei como estão subdivididos os professores temporários das escolas públicas baianas. São dois

grupos. O **PST** - Prestação de Serviço Temporário: são professores contratados, sem passar por qualquer tipo de seleção pública, aparentemente, a contratação tem características política personalista. O segundo grupo é o **REDA** - Regime Especial de Direito Administrativo: assim como o primeiro, é uma contratação temporária de professores em caráter emergencial, porém, respaldada por seleção pública, nesses casos a precarização do trabalho é causada pela subcontratação de professores efetivos.

Segundo Antunes (2011), os docentes temporários da educação básica estão incluídos na categoria dos **trabalhadores informais assalariados sem registro**, trata-se dos trabalhadores sem a proteção da legislação trabalhista, uma vez que perderam a condição de contratados, passado da condição de assalariados com carteira assinada para a de assalariados sem carteira assinada. É o professor com contrato temporário, porém, sem a garantia de direitos iguais aos dos trabalhadores efetivos.

O IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada divulgou o resultado de uma pesquisa alarmante sobre a terceirização do trabalho docente nas escolas brasileiras:

Um quarto dos docentes que dão aulas em escolas de educação básica mantém contratos temporários com o poder público ou são terceirizados. São mais de 450 mil professores de um total de 1,8 milhão de profissionais que lecionam em unidades públicas. Quando analisado apenas o ensino médio das redes estaduais brasileiras, os temporários representam 30% do total de professores. Em algumas disciplinas, como química e física, eles preenchem 40% das funções docentes (<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao> acesso em 18/05/2014).

Observa-se tentativas de explicar o espantoso número de 30% dos professores do ensino médio serem temporários:

[...] existem duas principais razões para as redes de ensino terem tantos professores temporários. Uma delas é a baixa atratividade da carreira docente: falta professores interessados em ir para as salas de aula. Além disso, esses números são resultado de uma falha administrativa grave dos governos que não planejam adequadamente a realização de concursos públicos [...] (<http://www.ipea.gov.br/portal> acesso em 19/09/2014).

Os professores efetivos já convivem com a realidade de baixos salários e violência escolar, a situação dos temporários é ainda pior, pois além de sofrerem com os mesmos problemas enfrentados pelos docentes formalizados, ainda sofrem com a precarização. Esse retrato das escolas brasileiras que pode ser observado detalhadamente nas escolas baianas, onde existem os dois modelos de trabalho temporários citados anteriormente.

O chamado professor-**PST** tem uma relação muito particular com o trabalho, esses profissionais ganham menos que o funcionário efetivo e por muitas vezes, tem jornada superior, pois não goza do AC - Atividade Complementar², que se constitui como um espaço/tempo inerente ao trabalho pedagógico do professor, destinado ao planejamento e organização de suas atividades didática, além de sofrerem constantemente com atrasos nos salários. Durante

²Orientações sobre a Atividades Complementares - AC. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/>

o período de observação, vários professores temporários relataram atrasos de salários, alguns até rescindiram o contrato de trabalho.

[...] a precarização dos contratos de trabalho na rede pública é considerado o "problema mais proeminente" do sistema educacional brasileiro. Os professores que não são efetivos chegam a receber menos, possuem pouca segurança jurídica como empregado, devem se desvincular das redes em determinado momento e não têm direitos, como por exemplo, à assistência médica, concedida aos servidores efetivos (http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao acesso em 18/05/2014).

Em entrevista para o jornal A TARDE online em 2009, a promotora de justiça do Ministério Público baiano, Rita Tourinho disse: “O **PST** é uma figura que não existe, já que não prevê um contrato de trabalho. A pessoa simplesmente trabalha e no final do mês recebe o salário no banco. Isso é ilegal”. Essa declaração mostra o quanto é complexa a problemática.

No caso do **REDA**, existe o decreto nº 11.571 de 03 de junho de 2009³, que prevê seleção pública através de provas, estabelecendo entre o estado e o contratado um regime de contratação temporária. Esse decreto abriu precedentes perigosos contra a luta sindical que historicamente buscou aumento da contratação de professores efetivos da educação básica, pois contribuiu para o aumento da subcontratação de professores.

³BAHIA. Decreto nº 11.571 de 03 de Junho de 2009. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/>

O profissional do **REDA** goza de alguns benefícios do professor efetivo, porém sofre com a insegurança da instabilidade do emprego, além de ao término do contrato não ter direito a alguns benefícios oferecidos pela previdência social. Assim o governo acaba usando a prerrogativa legal para fugir de responsabilidades trabalhistas como o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Podemos considerar que assim como o trabalho em geral, também o trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes as relações de emprego. O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, ao número correspondente aos trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de estado tem tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (OLIVEIRA, 2004 apud REIS, 2011 p. 11).

As situações descritas tornam a profissão docente ainda menos atrativa para o bom professor, isso reflete no momento em que os sistemas educacionais demandam trabalhadores com níveis mais altos de formação, impactando assim na qualidade do ensino público.

Portanto, a precarização do trabalho docente gera vários problemas tanto na situação socioeconômica dos professores, quanto na qualidade do ensino público baiano. Além de ser, segundo Antunes (2000), uma prática de caráter destrutivo para o sistema educacional e para as relações sociais de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto fez a exposição de alguns elementos que compõe o mundo do trabalho à realidade do trabalho docente. Observando as transformações ocorridas nas relações sociais de trabalho. O estudo sobre a precarização do trabalho tem interligação com a reestruturação produtiva de gestão econômica. Vários pensadores da atualidade tem se debruçado sobre essa temática que vem assolando a vida dos trabalhadores brasileiros. O tema em questão é subdividida em varias faces de estudos. Nesse artigo foi abordado como tema central a precarização do trabalho docente na educação básica da Bahia.

A observação do cotidiano escolar, no período do estágio supervisionado, nos permitiu analisar algumas variáveis do conjunto das relações estabelecidas no ambiente escolar. A relação social do trabalho docente sofreu influencia da implantação de alguns padrões de organização de gestão do trabalho com a interferência da reestruturação produtiva no cotidiano do trabalho docente que, por sua vez, impulsionou no novo modelo de organização escolar.

No contexto do ambiente escolar, a precarização do trabalho se consolidou com a redução da contratação de professores efetivos e foi substituída pela contratação de trabalhadores temporários da educação. Um sistema capaz de modificar o cotidiano das escolas baianas. A adoção dos trabalhadores temporários na educação trouxe consigo a redução da qualidade do ensino público, além de desestabilizar muitos profissionais da educação por conta da

subcontratação de professores, reduzindo a atratividade de novos profissionais com intuito de seguir carreira docente.

Do ponto de vista docente, o problema da precarização está posto como grande vilão, por ser modelo de gestão da educação adotado pelo governo do Estado da Bahia, portanto, o mundo do trabalho repercute sua reestruturação produtiva na vida do profissional docente, na medida em que o futuro da educação passa pela qualidade do ensino, o qual só é possível se o professor gozar de qualidade e condições minimamente adequadas de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Os modos de ser da informalidade:** rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. *Serv. Soc. Soc.* [online]. São Paulo: 2011, n.107. p. 405-419. ISSN 0101-6628

_____. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal.** *CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales:* 2000. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf> acessado em 07/05/2014.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DRUCK, Graça. **Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho.** Caderno CRH, Salvador: jul./dez. 2002. p.11-22.

HARVEY, David. **A transformação política – econômica do capitalismo do final do século XX.** In. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8ª ed. São Paulo: Loyola 1998. p. 115 – 184.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **IG (SP): 1 em cada 4 professores de escolas públicas brasileiras é temporário, diz Ipea.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal>> acesso em: 19/09/2014.

LIRA, Davi. **1 em cada 4 professores de escolas públicas brasileiras é temporário, diz Ipea.** Último Segundo IG: 15/05/2014. Disponível em: <ultimosegundo.ig.com.br/educacao> acesso em: 18/05/2014.

MARX, Karl. **O capital.** Volume I - Livro I. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PITTA, Paula. **MP afirma que educação na Bahia está "completamente irregular".** A TARDE online: 25/07/2009. Disponível em: <atarde.uol.com.br> acesso em: 19/06/2014.

REIS, Maria Izabel Alves dos. **As transformações no mundo do trabalho e as repercussões na escola e no trabalho docente.** V Encontro brasileiro de educação e marxismo. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC: 2011. Disponível em: <www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/> acesso em 18/05/2014